

ESTE BARULHO TE INCOMODA?! POTÊNCIAS POLÍTICAS DE TRAVESTIS NEGRAS EM SALVADOR FRENTE À VIOLAÇÃO DE DIREITOS E ÀS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS. ACEITA QUE DÓI MENOS!

Gilmara Silva de Oliveira

Mestranda do Curso de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - da Universidade Federal da Bahia - UFBA, silva86gil@gmail.com ;

Valéria dos Santos Noronha

Orientadora. Professora Associado II do Curso de Serviço Social e Docente Permanente do PPGSS e NEIM da Universidade Federal da Bahia - UFBA, valeria.noronha@ufba.br.

Resumo

Aqui é uma relação com as minhas narrativas e experiências ativista-intelectual, enquanto pesquisadora negra cisgênera e utilizo o que chamo de Palavras-Navalhas-Doçuras para cortar, com coerência teórico-metodológica e doçura poética as estruturas racistas-transfóbicas que invisibilizam a potência política de travestis negras em Salvador -Ba. O pensamento social das feministas negras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento e a perspectiva transfeminista de Thiffany Odara são as bases metodológicas e políticas que sustentam o tecer dessas linhas. Em diálogo com movimentos sociais, individuais e coletivos trans e travesti e acompanhamento de suas redes sociais, entendidas aqui como ferramentas de enfrentamento às violências, o estudo incomoda e desperta “o lugar comum” da pesquisa, habitualmente marcado por análises que desconsideram a intersecção de gênero, raça e classe social. A técnica de pesquisa

de narrativas das experiências do vivido permite compreender as entrevistadas como co-autoras deste processo de reflexão e tensionamento das estruturas opressoras. Trata-se de uma contribuição relevante para a descolonização do saber e do conhecimento no Serviço Social - o meu lugar de fala -, e para além desta área, e se insere no bojo das disputas de narrativas, visto promover o avanço científico e participa do movimento que faz emergir vozes e vivências historicamente silenciadas pela academia. Reconheço o caráter político e pedagógico dos movimentos sociais protagonizados por travestis, autodeclaradas negras, demonstro as limitações do Estado mínimo de direitos e tenciono a importância da formulação e execução de políticas públicas efetivas no enfrentamento da transfobia racista que mata essas e outras mulheres, física e simbolicamente.

Palavras-chave: Travesti Negra, Movimentos Sociais, Cisgeneridade, Direitos Sociais, Palavras-Navalhas-Doçuras.

Introdução

Para início de conversa: FORA, BOLSONARO!!!

Enquanto mulher negra cisgênera peço licença às minhas mais velhas e mais novas, aos meus mais velhos e mais novos, às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneras e especialmente às travestis negras brasileiras para tecer algumas linhas, a partir de um lugar social dissidente, atravessado pelas dores e delícias da minha existência no espaço universitário, visto que neste lugar há supostos “pares” que ainda estranham mulheres negras com a língua afiada, que ao falar e escrever, pinta com negra tinta a cidade cinza que tanto negou¹ a nossa capacidade intelectual e não mede esforços para desautorizar referenciais teóricos-metodológicos e de vivências para além dos cânones eurocêntricos epistemicidas².

Por isso mesmo, lembrando Conceição Evaristo, citada por Thiffany Odara (2020), declaro-me vinculada, proveniente, pertencente a este grupo social subalternizado pelo olhar branco, cisheteropatriarcal, e escrevo como uma espécie de vingança para defender nossos interesses nas disputas de poder e narrativas, estando aqui para cumprir uma missão de não ser o papagaio de pirata que repete as formas hegemônicas de construir e produzir o pensamento.

A história de mulheres negras como eu, marcada pela subestimação e morte simbólica epistêmica não me permite escrever para agradar ouvidos eurocêntricos, e sim, me encoraja a continuar o movimento de deseducar e ressignificar o modelo imposto de educação excludente, na perspectiva de possibilitar o protagonismo de vidas marginalizadas e vozes subalternizadas (Odara, 2020)

Nesta direção, converso com intelectuais babadeiras, que ao longo da sua trajetória ativista e acadêmica, demarcam que não cabe em espaço opressor como a universidade, preto e preta com mansidão, lembrando também a socióloga Vilma Reis. A ideia é Amefricanizar o pensamento a partir das Quilombolas intelectuais Lélia Gonzalez e

1 Lembrando aqui as cantoras Bia Ferreira e Carú Bonifácio com a música “Negra Tinta”.

2 Para elucidar sobre epistemicídio sugiro ler Sueli Carneiro (2005). Disponível em <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em 15-05-2021.

Beatriz Nascimento, travestilizado do olhar analítico e de vivências da pedagoga Thiffany Odara.

Para a nossa conversa também chamei a Viviane Vergueiro (2015), dado o seu olhar analítico e auto etnográfico sobre a cisgeneridade enquanto norma. Fui provocada pelo reconhecimento de todas as implicações desta identidade de gênero frente à imposição de ser a única possibilidade de expressar a feminilidade, cujo critério é limitado pela vagina entre as pernas.

A partir do momento que conheci o termo cisgeneridade³ e da sugestão da banca examinadora, à época em sede de Trabalho de Conclusão de Curso, entendi a importância de utilizar os espaços socialmente construídos como privilegiados, no caso a universidade, para demarcar pautas relacionadas aos direitos e potências políticas de travestis, autodeclaradas negras, no âmbito da produção de conhecimento, dada a realidade que as instituições de ensino, básico e superior, ainda representam espaços que excluem grupos que não se encaixam na lógica do dito “padrão normal” (ODARA, 2020).

O espaço educacional apresenta dificuldade em lidar com as diferenças, camufla o processo de evasão involuntária, condiciona o confinamento e esconde o seu próprio fracasso ao não admitir que precisa avançar frente às diversas formas de expressar e viver os gêneros (ANDRADE, 2013).

Portanto, trata-se de uma conversa com intencionalidade política, cis aliada, propositiva e estratégica, dado o contexto político e ideológico brasileiro atual⁴. É uma construção de conhecimento regada de compromisso e responsabilidade ética e profissional, que visa colaborar para a valorização das diversas experiências do vivido, cuja perspectiva se alinha com o não distanciamento de quem pesquisa com quem dedica tempo e confiança para compartilhar dores e delícias de ser quem é. Aqui não há a neutralidade exigida, principalmente, no campo das ciências sociais (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Você está lendo o estrato de uma dissertação/pesquisa⁵ em andamento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Serviço Social,

3 Na época que cursava Graduação em Serviço Social na UFBA (concluída em 2018).

4 Contexto atravessado por governo opressor.

5 Financiada pela FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia.

do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia e se trata de uma escrita para evidenciar marcadores sociais positivos quando a conversa é com corpos políticos predominantemente lembrados a partir das vulnerabilidades, perdas, violações, mortes físicas e simbólicas ou em datas pontuais como o dia 29 de janeiro - Dia da Visibilidade Trans.

Com isso não estou desconsiderando a importância dessa data, porque assim também poderia dizer do dia 20 de novembro, pelo meu lugar de mulher negra ativista. Não dá para não pautar a realidade de práticas transfóbicas e racistas no Brasil. No entanto, aqui priorizo destacar as potencialidades, valorizar as linguagens, em sua diversidade, enquanto possibilidades de sociabilização nos diversos espaços e a sua atuação política, principalmente a partir do próprio corpo-território.

Para o entendimento do corpo enquanto território, a psicóloga Ariane Senna, lembrando Joffily (2010), nos lembra os processos de resistências das pessoas transexuais e travestis frente à ditadura militar no Brasil entre os períodos de 1964 e 1985 - retomada de

forma não oficial⁶, explicando esses corpos como campo de batalha que trazem histórias de vida e um sexo que possui valor histórico, social e cultural, qual estabelece uma relação com objetos, com os outros e consigo, diretamente ligados aos significados e sentidos que refletem os desejos, a inteligência e as experiências de vida necessárias para a apropriação das próprias vivências (pág. 1246).

Nesta perspectiva, parto da hipótese que dolorosa e saborosamente, esses corpos que denunciam dores, humilhações, múltiplas violências causadas pelo Estado brasileiro, as marcas da transfobia deixadas nas relações institucionais e interpessoais, são os mesmos que subvertem frente às estruturas opressoras e exterminadoras de suas vidas, são corpos que promovem questionamentos das hierarquias, enunciam a contranarrativa de oposição ao discurso hegemônico e valorizam as diversas formas de estar e viver no mundo, conforme refletiu Cláudia Pons Cardoso ao prefaciar o livro da especialista em gênero, raça e sexualidade, Thiffany Odara (2020).

6 Basta acessar os diversos noticiários jornalísticos, redes sociais e outros veículos de informação.

Dáí não poderiam faltar o conceito de Amefricanidade como ferramenta metodológica para compreender a realidade social e a potência política de travestis negras em diálogo com a perspectiva de Quilombo inaugurado no século XX com os anseios de liberdade enquanto instrumento ideológico e símbolo de resistência contra as formas de opressões vivenciadas por elas, conforme nos ensinou a nordestina como eu, a Maria Beatriz Nascimento, em articulação com a pedagogia transfeminista das experiências de travestis como processo pedagógico e político de aprendizagem abordada por Thiffany Odara.

Então, estas principais ferramentas teórico-metodológicas alinhadas com outras referências importantes representam a disputa de narrativas que contraria a lógica hegemônica de produzir conhecimento sem me deixar envolver com a realidade que pesquiso. Não gosto da ideia de suposta objetividade, neutralidade como determinantes para conferir confiabilidade e autoridade à pesquisa (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Concordando com estas autoras e o autor acima, penso que os trabalhos científicos ganham mais sentido e significado quando quem escreve pode ser também co-autora das narrativas. É uma das possibilidades de romper com o que se constrói no espaço da academia, atravessada pela lógica racista de que pessoas negras são corpos sem mentes (HOOKS, 1995) e as narrativas do vivido como restritas experiências ou pautas exclusivamente identitárias e emocionais.

Trago esse ponto, lembrando aqui Alex Ratts (2006) para dizer que meu processo de escrita por vezes é um ressurgimento da recusa e refutada por ditos “pares” acadêmicos que até o final da década de 1990 questionava Beatriz Nascimento e outros/as intelectuais negros/as, pelo seu envolvimento e olhar “contaminado” sobre a realidade social pesquisada.

Não escrevo para agradar a casa grande, e sim por uma liberdade individual e coletiva, inclusive liberdade para escrever o que quero, como já dizia Steve Biko (1990)! Não é atoa que eu...

“Racializei o pensamento com NEGRAS referências para girar na roda de práticas incapazes de sabotar SONHOS / DESobedeci pedagogias tradicionais para cortar com Palavras-Navalhas-Doçuras as interdições de ampliação dos saberes e desautorizações de pensamentos INSURGENTES / Escrevo o que penso

para não ferir a mim mesma com a crença imposta de que sou incapaz de tocar alguém com as minhas EscreVIVÊNCIAS / Não há certo nem errado no que escrevo / O que há são pontos de vista vistos de vistas diferentes / Tinta NEGRA na escrita que representa fôlego de vida para quem, por muito tempo viveu às margens condicionada pelo racismo / O natural, portanto, é ENEGRECER o escrever / Para enxergar POSSIBILIDADES para além das migalhas oferecidas pelos cânones eurocêtricos / A escrita que ALIMENTA foi OFERENDADA desde a TRAVESSIA DO ATLÂNTICO”. (OLIVEIRA, 2020)

Metodologia

Em se tratando de conhecer e valorizar as narrativas das co-autoras, além do processo de escuta das mesmas, percorro os seguintes caminhos metodológicos enquanto parte da minha trajetória pessoal, ativista, acadêmica e profissional: estabelecimento de diálogo com movimentos sociais LGBTQIA+, principalmente protagonizados por homens e mulheres transexuais e travesti atuantes em Salvador e Lauro de Freitas (região metropolitana), participação em encontros presenciais, anterior à pandemia pelo covid-19 e na modalidade virtual através de lives, filmes, documentários e webnários proferidos por travestis e pessoas transexuais, leituras de textos (artigos e dissertações) do pensamento social negro, brasileiro e internacional, e o pensamento social transfeminista disponibilizados por intelectuais trans, notícias jornalísticas, dossiês, legislações relacionadas às travestis, Antologia Negra de própria autoria e de outras referências, acompanhamento das redes sociais de pessoas e organizações populares trans, local e nacional⁷, por entender estes espaços digitais como ferramenta de luta por direitos na contemporaneidade (CASTELLS, 2013).

7 Acompanhe também: <https://www.instagram.com/antra.oficial/>; https://www.instagram.com/aurora_casalgbt/; <https://www.instagram.com/bruno.santana27/>; <https://www.instagram.com/thiffanyodara/>; Ariane Senna (ao buscar o link do seu perfil no instagram e facebook, vi que havia sido removido, o que me preocupa, uma vez a mesma é uma pessoa pública e atravessada pela transfobia).

Referencial teórico

A estrutura da dissertação está alinhada com minha caminhada no contexto do movimento negro e ativismo-intelectual no âmbito da universidade em diálogo com movimentos sociais protagonizados principalmente por representações transexuais e travestis de Salvador e Lauro de Freitas.

No capítulo **Pensamento Negro TRANSfeminista: Lutas e Resistências de Travesti na perspectiva interseccional**, peço licença para falar para numa boa, problematizando a cisgeneridade como identidade de gênero construída como privilegiada, pela importância da reflexão política, acadêmica e existencial sobre as diversidades de corpos e de identidades de gênero, que atribui poderes institucionais e não institucionais cisnormativos e exercem colonialidades sobre as diversas formas de expressar o que é ser mulher para além da genitália (VERGUEIRO, 2015).

Aqui predomina a ORientAção dos saberes e fazeres políticos-simbólicos transfeministas de Ariane Senna, Bruno Santana, Cássio Perez Fernandes, Yuna Vitória Santana da Silva, Theo Brandon Pitanga Gonçalves, Apolo Vincent Silva de Oliveira e Viviane Vergueiro.

Ainda neste capítulo troco ideias com as referências centrais: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Thiffany Odara, em uma articulação interseccional (AKOTIRENTE, 2018), teórico-prática e de vivências, como uma ciranda de Aquilombamento, avanço, produção e reprodução de um momento de paz, sapiência, sabedoria, continuidade da vida, ato revolucionário e de resistência. É um momento importante de possibilidade em tempos de histórica destruição epistêmica, parafraseando aqui a poetisa e historiadora Beatriz Nascimento.

O capítulo **A DOR existe, mas falar de SABOR também é preciso: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e a potência política de travestis negras em Salvador/Bahia: Aceita que dói menos!**, registro os enfrentamento e desafios políticos e às várias (IM)possibilidades de efetivação dos seus direitos (JORGE; MENDES; PILECO, 2019; NOGUEIRA, 2018; DIBAI, 2018); RICARDO, 2020; MISKOLCI; PEREIRA, 2019) em paralelo às potencialidades dos movimentos sociais no enfrentamento às violências direcionadas às travestis que vivem ou transitam em Salvador. No âmbito dos movimentos sociais converso com Manuel Castells e Adilson Cabral para compreensão das redes

sociais a utilizadas pelas comunidades LGBTQIA+ enquanto espaços de luta e enfrentamento às violências e negação de direitos.

Para esse aquilombamento epistemológico, não pode faltar o que eu defino de Palavras-Navalhas-Doçuras que libertam: Sofia Favero com “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”; Maria Léó Araruna organizadora de “Nós, trans: escritivências de resistência/ Grupo Transcritas Coletivas”; Maitê Freitas, organizadora da Antologia “Escritas Femininas em Primeira Pessoa”.

Guilherme Durval Toledo Prado, Jacqueline de Fátima dos Santos Morais, Maria Emília Caixeta de Castro Lima contribuem nos aspectos metodológicos, instrumentais, técnicos e para análise da pesquisa ao apresentarem o inventário como uma estratégia de organizar os conteúdos e dados, principalmente levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

O inventário da pesquisa me possibilita discutir e desnaturalizar alguns aspectos importantes no contexto de organização dos materiais e das narrativas que pretendo ouvir em diálogo direto com as travestis negras, uma vez que diz também sobre como compreendemos e produzimos conhecimento e a necessidade de atentar para “o modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real”, o que Morin (1990) citado pelas autoras, denominam de cegueira (pág. 143).

Há questionamentos colocados nesta contribuição teórica que permito-me deslocar para a nossa conversa: “Como não permitir que um pensamento mutilador nos leve a ações mutiladoras? Como não mutilar um acervo, que mais que dados, constitui nossa própria experiência? Como identificar o que seria ou não relevante em uma pesquisa? A partir de quais critérios deveríamos separar, classificar, hierarquizar e nomear por significativo ou irrelevante certos dados ou acontecimentos de uma investigação? A favor de quem ou do que estaríamos ao fazer esta ou aquela escolha?”. E uma outra pergunta que considero ainda mais relevante e que dialoga com inquietações já levantadas por mim no decorrer deste mestrado: “Qual o grau de participação dos sujeitos de nossas investigações na definição dos materiais a serem inventariados e, conseqüentemente, comporem o corpus dos dados de nossa pesquisa?” (pág. 144).

Neste sentido, construir um quadro teórico para viabilizar a organização do pensamento e direcionar os referenciais a partir

dos grandes eixos: Transfeminismo Interseccional, Cisgeneridade, Movimentos Sociais, Travestis Negras, Potência Política, Ativismo Digital, Palavras-Navalhas-Doçuras Libertam.

Tais escolhas metodológicas estão articuladas com o pretendido diálogo a ser estabelecido com travestis autodeclaradas negras, comumente consideradas “objeto de pesquisa”, aqui respeitadas como co-autoras deste trabalho, conforme acolhi o olhar da Thifanny Odara.

Resultados e discussão

Esta conversa é sobre atravessamentos situados na primeira capital do Brasil, que desde a colonização orchestra opressões contra pessoas negras e pobres⁸, infelizmente com a convivência popular da senzala com a casa grande se considerarmos que a mesma é reconhecida⁹ como a cidade majoritariamente habitada pela população negra (IBGE; SDI - UE/BA, 2019), contudo viabiliza o seu gerenciamento pela elite historicamente privilegiada, com ideologias cisheteropatriarcais, brancas e dominantes, que se utiliza da linguagem e símbolos da cultura afro-brasileira como mecanismos favoráveis em disputas políticas.

Nesse aspecto é importante lembrar que ainda vivemos em um país que permanece interrompendo sonhos e a vida de pessoas LGBTQIA+, de um modo geral, e pessoas transexuais e travestis, exponencialmente, limitando este alcance em 35 anos de vida. É o território à frente do México e Estados Unidos representativo no ranking da insegurança e desproteção pela constante ameaça e/ou inexistência do direito de ser quem é, sem questionamentos e com acesso aos bens e serviços. É a nação a qual, a partir dos altos índices de violências contra essa população, evidencia a necessidade de formular e executar políticas públicas efetivas no enfrentamento da transfobia e redução de homicídios intencionais (ANTRA, 2020).

8 Aqui você pode conferir reflexões atuais sobre o assunto, proferidas pelas Professoras Doutoras Antônia Garcia e Mestra Marcia Clemente (2020): <<https://www.facebook.com/109674167540102/videos/180625407074168>>. Cirandas virtuais promovidas pelo PPGNEIM e PPGSS/UFBA, disciplina: Políticas Públicas em debate: perspectivas interseccionais. Acesso em 27 de novembro de 2020.

9 Disponível aqui: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/populacao-lgbtqi-e-covid-19-a-ampliacao-do-abismo-das-desi-gualdades/>>. Acesso em 06/02/2021.

Outro aspecto relevante que infelizmente endossa a importância de não deixar de falar sobre violências é a própria recusa de 15 estados e Distrito Federal brasileiros em contabilizar violência contra LGBTs, inviabilizando a elaboração do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹⁰, mesmo sendo o Brasil o país onde as práticas policiais e judiciais caracterizam-se pela falta de rigor na notificação, investigação, identificação e prisão dos suspeitos¹¹ (ANTRA, 2020).

Frente a essas realidades, quero te dizer que sou mobilizada a escrever pelo entendimento de que “mulher preta transforma o mundo é com a caneta¹²”, através da Palavra, seja ela escrita, cantada, declamada, pela expressividade do corpo e da fala. E escrever com potência política de travestis negras é reconhecer que mesmo atravessadas pela negação de direitos e as múltiplas violências, estas mulheres resistem, TRANSformam e revolucionam em tempos e espaços diversos com o que chamo de Palavras-Navalhas-Doçuras, principalmente na medida em que se afirmam travesti enquanto identidade de gênero também carregada da delícia de ser quem é, apesar das dores.

Nessa perspectiva, é relevante considerar os diversos usos da linguagem no processo da minha escrita e escuta dessas mulheres. Por isso mesmo, enquanto escritora e poetisa que sou, registro que você encontra por aqui um trabalho que ganha o nome formal de dissertação de mestrado, no entanto, confronta formas dominantes de escrita, apreciando sem moderação a Antologia Negra, autoral e de outras representações, fragmentos de canções de cunho político, produzidas e cantadas por mulheres negras, por entender que as nossas diversas formas de expressar a Palavra está alinhada com o movimento de afirmação da negritude e identidade de gêneros, a tomada de consciência da realidade social imposta, a preocupação com a singularidade e particularidade das nossas (R) existências (FILHO, 2004). Escrever potência política é um ato de amor como prática de liberdade (HOOKS, 2006).

10 Veja a matéria na íntegra em <<https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contralgbts/>>. Acesso em 30/01/2021.

11 Veja aqui a matéria na íntegra: <<https://antrabrazil.org/2020/01/29/lancado-dosie-sobre-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021

12 Canção “Mulher Preta! Mudo o mundo com caneta” da Rapper Feminista Drik Barbosa.

Lélia Gonzalez (1935-1994), já assegurou a importância de confrontar o paradigma dominante e recorrer a uma linguagem considerada fora do modelo determinado para a produção textual acadêmica, desobediente às exigências e às regras da gramática normativa, em favor do legado linguístico de culturas escravizadas, denominado “pretoguês”, como estratégia de recuperação de resistências e lutas de mulheres negras e indígenas, para registro do seu protagonismo como sujeitas históricas (CARDOSO, 2014).

Por isso mesmo, gosto da ideia de que nenhuma das narrativas poderão ser podadas ou passíveis de sabatina hegemônica acadêmica. Aqui, ocupo o lugar de ouvinte-aprendiz, para que mulheres que estão dentro e fora desse espaço possam ecoar suas vozes, sem o risco de aflorar qualquer sentimento de objetificadas ou exóticas e trago referências teóricas no intuito de endossar e fortalecer as minhas e as suas narrativas das experiências do vivido.

Neste sentido, entender as travestis negras como coautoras e não “objeto de pesquisa”, justifica priorizar o recurso das narrativas, que vem sendo usada também na pesquisa há mais de duas décadas como método de investigação, visto a insatisfação com produções no campo da educação que se caracterizaram por falar sobre em vez de falar com e a partir de quem prioriza pesquisar (GERALDI; GERALDI; LIMA, 2015).

Considerações finais

Baseada no movimento orgânico que tenho feito, a discussão reitera a importância da pesquisa para a sociedade brasileira, especialmente para o público priorizado, dada a necessidade de continuar o movimento em favor das vidas dissidentes. Afinal, o governo bolsonarista não está para brincadeira em termos de opressão, retrocessos das políticas públicas e tantas outras atrocidades abertamente impostas.

A partir do contato com as co-autoras, a princípio por vias teóricas e outras formas já citadas anteriormente, é possível reafirmar que as travestis negras são articuladoras e resilientes, mesmo frente às intersecções de diferentes e simultâneas opressões, por conta das determinações Transfóbicas-Racistas entrelaçadas na formação da sociedade brasileira. São corpos-territórios que empreendem (R)existências às múltiplas violências e incidem politicamente no âmbito das

políticas públicas e nas suas relações interpessoais pelo reconhecimento e garantia do seu direito de viver.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Ceará, 2012.

ANTRA. **Dossiê sobre assassinatos e violência contra pessoas trans em 2019**. Disponível em <<https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>>. Acesso em 31/01/2021.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte - MG: Letramento, 2018.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. Atica, 1990.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amrefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. Dossier: El pensamiento de Lélia Gonzalez, un legado y un horizonte. **Lasa Fórum**. Disponível em <<https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue3/Dossier-Lelia-Gonzalez-2.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

ESCRITAS FEMINISTAS EM PRIMEIRA PESSOA: Coletânea de Contos / Maitê Freitas (org.). 1. ed. -- São Paulo: Oralituras, 2020.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estud. av. vol. 18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017>. Acesso em 31/01/2021.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley; LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. O trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.31, n.01, p.17-44, Janeiro-Março, 2015.

GONZALEZ, Lélia, 1935-1994. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.../Lélia Gonzalez**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição. HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras. Estudos Feministas**. Ano 3, 1995. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cobogó. 2019. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf>. Acesso em 11/02/2021.

LUNA, Luedji. **Asas**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=kmLCDekyhbs&list=PLT-fW-H8FAAwwkSHIVkO3oLcWDnlg086Y>>. Acesso em 30/11/2020.

_____. **O amor como prática de liberdade**. Harper. 1999

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Inventário - Organizando os achados de uma pesquisa. **EntreVer**, Florianópolis, v. 01, n.01, p.137-154, 2011.

NASCIMENTO, Maria Beatriz, 1942-1995. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 páginas, 1ª Edição.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação**. Salvador, Ed. Devires, 2020.

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. **Escreve, Negra!**. Salvador, 2019

_____. **Escrita Insurgente**. Salvador, 2020.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **INSTITUTO KUANZA**. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006. Disponível em <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

SENNA, Ariane Moreira de. A invisibilidade das mulheres trans nas produções acadêmicas sobre feminismo e a luta das mulheres. **Congresso Abeh**. ISBN: 978-85-61702-57-1.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador, 2016.

VASCONCELOS, Caê. 15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência contra LGBTs. **Ponte**. Disponível em <<https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contralgbts/>>. Acesso em 31/01/2021.